

ACERVO ARQUEOLÓGICO

Gestão de sítios arqueológicos através da documentação museológica do acervo

Luciana Oliveira Messeder Ballardo
Saul Eduardo Seiguer Milder

Management of archaeological sites through collection's museological documentation



Gestão de sítios arqueológicos através da documentação museológica do acervo

Luciana Oliveira Messeder Ballardo¹

Saul Eduardo Seiguer Milder²

Resumo

Este artigo tem por finalidade abordar de que maneira as ações referentes à documentação museológica podem efetuar o gerenciamento de sítios arqueológicos pesquisados em âmbito institucional inserindo-o como parte do acervo cultural e utilizando-o em conjunto com o acervo como suporte de memória. Inicialmente, o artigo trata das questões relativas à documentação levando em consideração o registro não apenas do objeto, mas também do sítio arqueológico. O texto também faz um breve histórico sobre o desenvolvimento do gerenciamento de sítios arqueológicos. E finalmente, aborda a contribuição do gerenciamento de sítios arqueológicos no tratamento museológico do acervo.

Palavras-chave: Gestão de Sítios Arqueológicos, Documentação Museológica, Musealização.

¹ Museóloga - Universidade Federal de Santa Maria-RS. Bacharel em Museologia pela UFBA (2002); Mestre em Patrimônio Cultural - PPGPPC – (UFSM).

² Professor Associado da Universidade Federal de Santa Maria; Professor do Mestrado em Patrimônio Cultural – PPGPPC – UFSM e Professor visitante da Universidade de São Paulo. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1988); Mestre em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1994) e Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2000).

Management of archaeological sites through collection's museological documentation

Abstract

This article presents how both museologist documentation and the management of archaeological sites can be part of the cultural patrimony and social memory. First, we discuss issues relating to documentation taking into account the record not only the object but also the archaeological site. The text also makes a brief history of the development of the management of archaeological sites. And finally, discusses the contribution of the management of archaeological sites in the treatment of museum collections.

Key-words: Management of Archeological Sites, Museologist Documentation, Musealization.

Introdução

Do ponto de vista museológico, quando se fala em gestão de patrimônio arqueológico, sempre houve uma ênfase no acervo material resultado das pesquisas e coletas de campo, em detrimento das informações referentes ao contexto onde o material está inserido. A tendência atual tem demonstrado que o estudo de acervos arqueológicos não pode ser focalizado no âmbito material coletando informações apenas sobre os objetos, mas cabe também, na gestão documental desse patrimônio, considerar as observações efetuadas no sítio arqueológico e registradas na documentação arqueológica como fonte importante de memória.

O Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico está relacionado a um conhecimento interdisciplinar com objetivo de produzir conhecimento de interesse social e público através da preservação das evidências materiais da vida social humana como parte importante da memória social, que só ocorre a partir da sistematização de ações conjuntas desempenhadas pelas diversas instâncias governamentais envolvidas e pela sociedade civil. (DELFORGE, 2011)

Há alguns fatores que precisam ser considerados quando do registro documental do acervo arqueológico. A seguir vamos apontar estes aspectos defendendo a inserção do próprio sítio arqueológico como parte da memória a ser preservada na gestão do patrimônio.

O acervo como escopo da documentação do sítio arqueológico

Primeiro é importante ressaltar que diferente de outras áreas interdisciplinares que passam pela musealização, o objeto arqueoló-

gico não pode ser analisado isoladamente, pois isso o sujeitaria ao risco de perder os significados e significantes e/ou, ainda pior, seu reconhecimento como objeto arqueológico, pois em alguns casos, não seria possível identificar a ação humana sem analisar o contexto em que está inserido, ou seja, o sítio arqueológico.

Há ainda outra característica intrínseca ao material recolhido em sítios arqueológicos que diz respeito a grande quantidade de objetos fragmentados, bem como, objetos de cunho residual, que são importantes para o estudo e compreensão nas pesquisas arqueológicas. Não apenas esse tipo de material em si é importante, mas também suas relações e as análises efetuadas com o contexto (MARTINS, 2000, p. 10).

Outro aspecto relevante diz respeito a questões que fogem ao controle e ação humana, como os fenômenos geológicos, biológicos e geográficos identificados a partir da análise do solo, das camadas estratigráficas, do clima da região, da localização do artefato (COSTA, 2008, p.3). Neste respeito, no caso do material pré-colonial, podemos enfatizar se o espaço foi utilizado apenas para a fabricação do material ou também para o uso desses utensílios em atividades cotidianas, ou ainda, a respeito de sítios coloniais, possibilitarem a determinação de espaços sociais.

As técnicas arqueológicas aplicadas na escavação do sítio, a forma que estes materiais são acondicionados e as informações coletadas em campo devem ser preservadas como parte da memória do acervo, pois sem esse conhecimento, o objeto por si mesmo diz pouco ou quase nada, tanto no âmbito museológico quanto no arqueológico.

Não podemos nos esquecer que as intervenções arqueológicas são passíveis de autorizações e controle de órgão normativo, que no caso do Brasil, é de responsabilidade do IPHAN, no entanto, não há uma regulamentação dos métodos e sistematizações de estudos aplicados aos sítios arqueológicos. Estas informações são

também relevantes para a gestão documental do acervo, simplesmente porque interferem na vida dos objetos que são retirados dos sítios de uma maneira única, impossíveis de serem repostos, sendo necessário o registro de todas as informações arqueológicas sobre o material, seu contexto e os métodos utilizados na intervenção.

Na documentação museológica do acervo grande parte das informações são advindas da própria documentação produzida pela arqueologia. Dessa documentação é importante o levantamento dos dados primários no próprio sítio, composta por registro fotográfico da escavação, registros gráficos como mapas e esboços e ainda, os registros textuais feitos normalmente em um caderno de campo; os dados analíticos, que dizem respeito não apenas o registro físico dos objetos, mas também a própria documentação gerada durante a coleta dessas informações; e a documentação referente aos resultados, como relatórios e documentação bibliográfica gerada a partir das pesquisas arqueológicas, principalmente referente às análises do material. (FOWLER & GIVENS, 1995, p. 2-4)

Breve histórico do gerenciamento de sítios arqueológicos

A preocupação com a salvaguarda apenas do objeto está longe do conceito atual do gerenciamento de acervos arqueológicos, tanto do ponto de vista da museologia quanto da arqueologia. Nas últimas décadas as duas disciplinas têm efetuado mudanças em seus métodos e procedimentos de trabalhos.

A partir dos anos 20, o governo dos Estados Unidos estava mais envolvido com projetos públicos de engenharia, e passou a dar maior importância à documentação e salvamento dos sítios

arqueológicos encontrados, ocorrendo então uma expansão em números de projetos por volta de 1930. Mas foi apenas entre as décadas de 1960-1980, quando o governo passou a desenvolver um maior controle das pesquisas arqueológicas que foi criado o “Cultural Resource Management” com o objetivo de normatizar e regulamentar os trabalhos realizados no campo arqueológico e foi implantado como parte do Sistema de Preservação Federal do patrimônio nacional.

O significativo desenvolvimento teórico e metodológico desde 1960, impulsionou em mudanças práticas que acabaram por transformar em 1974 o “Cultural Resource Management” em uma importante disciplina da arqueologia estadunidense (FOWLER, 1982, p. 1).

O Instituto Português de Arqueologia, criado em 1997, com a finalidade de gerir o patrimônio arqueológico em Portugal, tem entre suas funções o arrolamento, a preservação e o gerenciamento dos bens arqueológicos. Para realizar essa tarefa, utiliza como principal instrumento o *Endovellicus* (Figura 1), um sistema de preservação da documentação arqueológica e levantamento e gerenciamento dos sítios arqueológicos, elaborado dois anos antes, que auxilia na gestão de sítios arqueológicos.

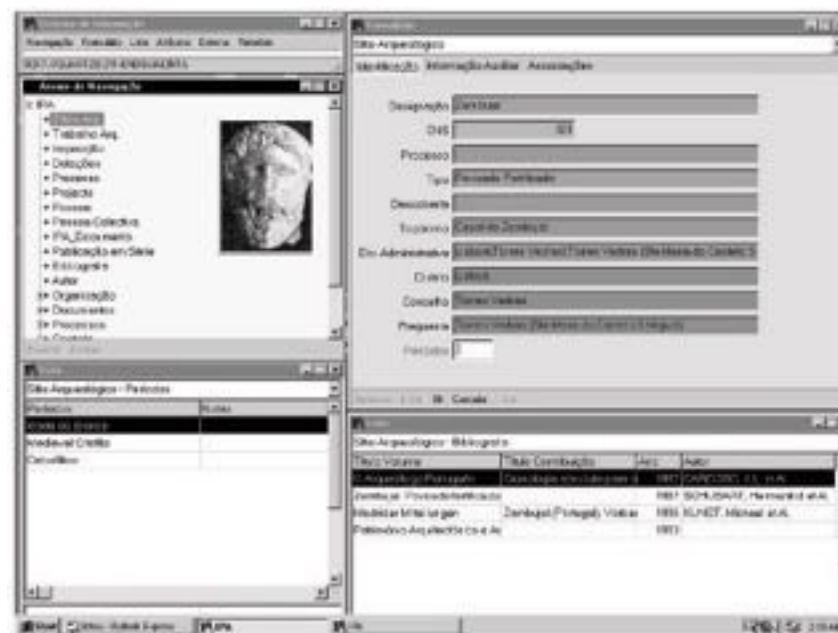


Figura 1: Interface do Programa Endovellicus do Instituto Português de Arqueologia. Fonte: Divisão de Inventário do IPA, 2002, p. 278.

No Brasil, em 1937, ocorre a criação do órgão de proteção ao patrimônio em âmbito federal do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que mais tarde se converteria no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O papel desse órgão é a proteção do patrimônio material, que foi classificado em Livros de Tombos, instituídos quando da sua criação, entre eles, o patrimônio arqueológico (JULIÃO, 2002, p. 23).

No entanto, a padronização de normas quanto ao levantamento e identificação de sítios e acervos arqueológicos e da pro-

dução de documentação arqueológica foi estabelecida pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico, em 1997, e disponibilizado pelo próprio IPHAN (<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>).

Esse sistema possui ferramentas, disponíveis no endereço do IPHAN na internet, que facilitam o tratamento das informações específicas relativas a cada um dos aspectos concernentes a preservação do patrimônio arqueológico dentro das competências do IPHAN. Entre essas ferramentas estão o Cadastro Nacional de Sítios arqueológicos, que tem por objetivo salvaguardar as informações físicas, geomorfológicas, tipologia, estado de conservação, metodologia arqueológica empregada na escavação e a quantificação da documentação arqueológica gerada; o Inventário Nacional de Coleções Arqueológicas, que mantém dados relativos aos acervos arqueológicos gerados a partir das intervenções, incluindo os iconográficos; e há ainda, a preocupação na preservação das informações elaboradas durante todo o processo de intervenção arqueológica como é o caso dos projetos e relatórios que devem ser apresentados a Instituto.

Todas as fichas preenchidas e cadastradas, que posteriormente podem ser consultadas, são imprescindíveis para o trabalho de gerenciamento arqueológico desenvolvido pelo IPHAN. Através desse gerenciamento, é possível ter uma visão mais geral do acervo arqueológico nacional, além de manter preservada e acessível à memória dessa cultura material.

Apesar de não existir uma normatização que direcione sobre os registros gerados em campo, deixando isso a critério da equipe de pesquisa, a padronização quanto ao cadastramento de dados e documentação a ser depositada no IPHAN, podem auxiliar também no direcionamento da salvaguarda de informações do acervo no âmbito institucional.

É importante ressaltar que após todo o trabalho arqueológico o material recolhido e a documentação equivalente serão depositados sob responsabilidade e salvaguarda de uma determinada instituição que responderá pela preservação do material e da memória da cultura material representada por esse acervo.

Entre os dados finais depositados no IPHAN estão as informações sobre o responsável pela preservação e conservação do acervo. No entanto, os métodos de documentação das coleções ficam sob responsabilidade da instituição.

O gerenciamento de sítios arqueológicos implantado pelo órgão auxilia na indexação dos dados quando ao acervo e quanto às informações de pesquisa realizadas no país, permitindo que se desenvolva um intercâmbio de dados, e facilitando a salvaguarda da memória da cultura material. No entanto, a política do IPHAN não estabelece uma padronização para criação de catálogos, mapas, croquis, ou outros suportes de informação, relativas à documentação arqueológica.

Também na Museologia, a documentação não segue parâmetros de normatização nacionais. A responsabilidade de estabelecer critérios que preservem as informações para garantir a permanência da memória é responsabilidade dos profissionais que trabalham com o acervo, que desenvolvem seus sistemas baseando-se nas particularidades do acervo e nas experiências realizadas.

Do gerenciamento de sítios arqueológicos para o tratamento museológico:

No que diz respeito à Documentação Museológica, somente nos anos de 1980 é que se entende o objeto como fonte de informação

e a se inicia a preocupação em organizar os objetos e dados relacionados a estes (YASSUDA, 2009, 35).

Entre as décadas de 1990-2000, o ICOM Comitê Internacional de Museus tem se esforçado em estabelecer uma padronização no que tange a documentação museológica do patrimônio material, no entanto, o sucesso desses projetos tem obtido maior efeito no continente africano e europeu (LIMA, 2003, p. 139).

Em Portugal, ocorre uma integração entre o gerenciamento arqueológico e a documentação museológica. O Instituto Português de Museus, criado em 1991, desenvolveu e implantou entre 1993 e 1994, um Programa Matriz para gerenciamento e documentação de acervos museológicos, que se encontra atualmente disponível em versão online no site do Instituto (Figura 2). Em 2000, a partir da inter-relação com o Instituto Português de Arqueologia, utilizando o sistema *Endovellicus* como referencial para informações a serem preservadas sobre o acervo, o Programa Matriz passou por uma reestruturação para melhor preservar as informações dos acervos arqueológicos em instituições museológicas (RAPOSO, 2000, p. 27).



Figura 2: Página inicial do Programa MatrizNet. Fonte: <<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Home.aspx>>.

Em âmbito nacional, apesar de não ter sido desenvolvida uma normatização ou sistematização na documentação museológica de acervos arqueológicos, como já foi dito anteriormente, nessa última década, têm sido desenvolvidas experiências e produções nessa área, que visam preservar as informações museológicas e arqueológicas, conjuntamente, permitindo a conservação dos dados referente aos sítios arqueológicos e ao acervo coletado nele, levando em consideração aspectos do acervo também já mencionados aqui anteriormente. A seguir destacaremos algumas experiências bem sucedidas a nível nacional.

Para o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA criou-se uma proposta de instrumento museológico documental (Figura 3) que realiza o gerenciamento de sítios arqueológicos no sentido de complementar a documentação do acervo MAE-UFBA, como forma de preservar as informações contextuais a que eles pertencem (COSTA, 2007, p. 9-12).

Nesse sentido, essa ferramenta tem por finalidade atender as particularidades dos acervos arqueológicos, levantando as informações que não estão inseridas diretamente nas peças, mas que estão relacionadas a elas, no entanto, não se encontram inseridas nas fichas de catalogação museológicas, mas dispostas à parte, que tem por objetivo completar as informações da documentação museológica através dos dados sobre os sítios em um instrumento documental separado.

O objetivo dessa ferramenta é agregar informações geográficas, geológicas, arqueológicas relativas ao sítio arqueológico e ainda, trazer informações que relacionem aos dados da respectiva documentação museológica do acervo relacionado ao sítio arqueológico catalogado.

O diferencial dessa proposta é que a ferramenta de gerenciamento dos sítios é extrínseca aos instrumentos de documentação museológica do acervo, mas ao mesmo tempo, ela serve para relacionar o material do acervo coletado no mesmo contexto, servindo para relacionar os diversos objetos do mesmo sítio arqueológico, como também, prestasse como ferramenta para intercambiar as informações relevantes tanto para a pesquisa arqueológica como em termos institucional.

Podemos citar também o Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPR que optou por gerir seu acervo em banco de dados, a partir da gestão dos sítios arqueológicos, no entanto, as informações levantadas são relacionadas especificamente a localização, museológicas, físicas e descritivas. Em função disso, a instituição optou por criar um dossiê desmembrado em quatro partes com as informações geográficas e arqueológicas sobre o sítio; geológicas, metodológicas e museológicas (relativas à vida pós-institucional, pois se trata de um processo realizado em coleção em que já havia processo de documentação museológica anterior); dados quantitativos e por fim, dados qualitativos do material arqueológico. É justamente o dossiê que tem por objetivo gerenciar as informações do acervo relacionadas aos dados dos sítios arqueológicos (LEAL, 2011, p. 50-55).

Ainda podemos listar o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da UFPel que criou o Programa para o Gerenciamento do Acervo Arqueológico – PGAArq com a finalidade de preservar as informações do acervo e, concomitantemente, manter o registro dos sítios arqueológicos de onde se originaram o material.

O gerenciamento dos sítios utiliza como referencial o cadastramento de sítios arqueológicos, enquanto a gestão do acervo (Figura 4) está inserida dentro da mesma base de dados relacionando as informações a cerca da documentação museológica do

O formulário é dividido em seções numeradas:

- 1. REFERÊNCIA DO SÍTIO:** Campos para Nome, Município, Estado, Localidade, Data de criação, Coordenada geográfica, Situação arqueológica e Observações.
- 2. LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO:** Campos para Situação do sítio, Tipo de sítio, Tipo de ocupação, Tipo de estrutura, Tipo de material, Tipo de artefato, Tipo de planta, Tipo de sítio, Tipo de sítio, Tipo de sítio, Tipo de sítio, Tipo de sítio.
- 3. CARACTERÍSTICAS DO SÍTIO:** Campos para Nome, Município, Estado, Localidade, Data de criação, Coordenada geográfica, Situação arqueológica, Tipo de sítio, Tipo de sítio, Tipo de sítio, Tipo de sítio, Tipo de sítio.
- 4. AMBIENTE ARQUEOLÓGICO:** Campos para Tipo de sítio, Tipo de sítio, Situação arqueológica, Tipo de sítio, Tipo de sítio, Tipo de sítio.
- 5. AMBIENTE MUSEOLÓGICO:** Campos para Tipo de sítio, Tipo de sítio, Situação arqueológica.
- 6. OBSERVAÇÕES:** Campo para texto livre.
- 7. APROVAÇÃO:** Campos para Nome e Assinatura.

objeto (RAMOS, 2010, p. 30-31).

Figura 3: Ficha de Identificação de Sítios Arqueológicos do MAE-UFBA. Fonte: COSTA, 2007, p. 10-12.



Figura 4: Interface do sistema de registro do acervo arqueológico – LEPAARQ – UFPel. Fonte:RAMOS, 2010, p. 43.

Por último, não poderíamos deixar de falar da experiência do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFSM, que passou a ser implantado no início deste ano. O objetivo do sistema (Figura 5) é relacionar dados primários, recuperar as informações bibliográficas produzidas a partir deles e as análises laboratoriais realizadas, e produzir os registros de dados físicos no laboratório, não apenas do acervo, mas também dos dados relacionados ao sítio estudado. Após todas essas etapas, ocorre a inserção das informações em banco de dados, a partir de uma padronização tanto classificatória quanto de métodos aplicados, através do registro por uma ficha que contém os dados físicos, descritivos e históricos do objeto e do sítio e área do sítio arqueológico onde foi coletado.



Figura 5: Interface do sistema de registro do acervo arqueológico – LEPA-UFSM. Fonte: Acervo LEPA.

No entanto, as coleções que estão ingressando no Laboratório desde a implantação do sistema já estão seguindo a padronização atual, através da utilização de uma nova metodologia, aportada na curadoria da coleção desde o momento do salvamento arqueológico, onde toda a documentação arqueológica é efetuada nos padrões e normas internas do sistema documental do Laboratório, integrando assim, as duas áreas do conhecimento e permi-

tindo que o registro arqueológico possa suprir de maneira mais completa as demandas de preservação da informação da documentação museológica.

É interessante ressaltar que apesar do advento do desenvolvimento dos sistemas de documentação museológica mais preocupados com a sistematização específica de acervos terem iniciado em meados da década de 90, tem conseguido acompanhar o processo de desenvolvimento na área de gerenciamento do patrimônio e mais especificamente o arqueológico, que passou a ser implantado em final dos anos 80, de forma a tornar cada vez mais viável a interdisciplinaridade documental entre a Arqueologia e a Museologia.

Conclusão

O gerenciamento de sítios arqueológicos tem sido um aparato importante no conhecimento e preservação da memória social onde estão inseridos. No entanto, a salvaguarda do patrimônio material retirados desses sítios cabe as instituições museais que devem proporcionar uma documentação adequada para este tipo de acervo. É importante ressaltar que, embora existam órgãos governamentais responsáveis pelo gerenciamento do patrimônio arqueológico, as informações mais específicas que dizem respeito também aos objetos e conjunto de objetos pertencentes a estes acervos devem ser mantidas e organizadas pela instituição que os abriga.

Nesse sentido é essencial que as informações do gerenciamento dos sítios arqueológicos possam também ser preservadas através das informações organizadas sobre o acervo dentro dos espaços museológicos. Isso será possível através do desenvolvi-

mento de novos sistemas documentais que facilitem a interação entre as áreas envolvidas para benefício do próprio do patrimônio.

Atualmente, ainda tem se mostrado necessário o fortalecimento da inter-relação dos mecanismos de gestão do patrimônio arqueológico, é um campo novo em que há muito para se desenvolver, principalmente no que concerne a interação da área arqueológica e museológica no campo documental, por isso é imprescindível o intercâmbio de conhecimento entre os profissionais que atuam no gerenciamento de patrimônio arqueológico e enfrentam desafios diários na manutenção dessa relevante parte da memória social.

Referências

- COSTA, Carlos. Museologia e Arqueologia – Parte 1: A materialidade de uma relação interdisciplinar. *Revista Museus*, v. 40. p. 6, 2008.
- COSTA, Carlos. Proposta de instrumento documental museológico complementar para as coleções arqueológicas do MAE-UFBA. *Revista eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre museus, Museologia e Patrimônio*. v. 2. n. 4 p. 4-23. 2007.
- DELFORGE, Alexandre Henrique. Sistema de Informações Geográficas na Gestão do Patrimônio Arqueológico. Comunicação apresentada no Congresso do Ministério Público de Meio Ambiente da Região Sudeste. Belo Horizonte, 08 abr 2011.
- DIVISÃO DE INVENTÁRIO DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA. *Endovélico: Sistema de Gestão e Informação Arqueológica*. Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 5, número 1., 2002, p.277-283.
- FOWLER, D.D. 1982. Cultural resource management. In *Advances in Archaeological Method and Theory*, M.B.Schiffer (ed.), 1–50. New York: Academic Press.
- FOWLER, Don D. & GIVENS, Douglas R. "The records of archaeology". In: SILVERMAN, S. & Nancy. Parezo (ed.) *Preserving the anthropological record*. New York: Wenner- Gren Foundation for Anthropological Research Inc.,

1995. IPHAN. Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>>. Acesso em: 25 out. 2012.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: Caderno de diretrizes museológicas I. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, p. 19-32, 2002.

LEAL, Ana Paula da Rosa. Musealização da Arqueologia: Documentação e Gerenciamento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. Monografia, Pelotas: UFPel, 2011.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar: informação em Arte um novo campo do saber. Tese, Rio de Janeiro: IBIPC/PPGCI – UFRJ/ECO, 2003.

Instituto Português de Museus - IPM. MatrizNet. Disponível em: <<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Home.aspx>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

RAMOS, Rafaela Nunes. Gestão, Preservação e Informação: Uma Proposta Digital para o Gerenciamento do Acervo Arqueológico do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (Lepaarq) da Universidade Federal de Pelotas. Monografia: Pelotas: UFPel, 2010.

RAPOSO, Luís; MARTINS, Adolfo Silveira & CORREIA, Virgílio. Arqueologia. Normas de Inventário. 1.ed., Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. Dissertação. Marília: Unesp, 2009.